



ENTREVISTA MARIA MONICA V. C. O'NEILL

6/03/2024

Entrevista com Maria Monica Vieira Caetano O'Neill - Gerente de Regionalização e Tipologias do Território do IBGE - CGEO/DGC/IBGE.

Maria Monica Vieira Caetano O'Neill é geógrafa do IBGE com 45 anos de casa. Está se aposentando no final de 2024. Essa entrevista traz um pouco do que foi sua trajetória na instituição, os projetos que desenvolveu, sua atuação no suporte a várias pesquisas da casa, as contribuições que ficam na formulação de metodologias e na formação de novos quadros para a continuidade das pesquisas, especialmente no campo de regionalização.

Por que você veio trabalhar no IBGE?

Monica: Eu havia ingressado no curso de Economia na PUC – Rio, mas não me sentia satisfeita. Eu estava angustiada em relação a que caminho deveria seguir, e resolvi me transferir para o curso de Geografia. Algo que eu tinha claro era o fato de que eu queria trabalhar com pesquisa, e busquei o departamento para saber de que forma eu poderia ingressar num estágio. Fui informada que o IBGE costumava buscar estudantes da PUC para estágios e prontamente solicitei que meu nome fosse incluído na lista de possíveis bolsistas para o IBGE. Meu nome foi incluído e acabei sendo chamada, já no primeiro ano de graduação em Geografia, entre outras razões, pelo fato de ter em meu currículo disciplinas da área de Economia. Naquele momento a Geografia estava vivendo o crescimento da influência de métodos quantitativos, e meu currículo se tornou muito atraente para muitos profissionais de Geografia do IBGE. Eu havia cursado cálculo, programação em Fortran e outras disciplinas voltadas para métodos quantitativos de análise. É preciso chamar a atenção para o fato de que eu, e outras profissionais como Vera D'Ávila, Marília Carneiro e a própria Adma

Figueiredo¹, entramos no IBGE num momento em que a Geografia estava vivendo um grande trauma. Era o período da ditadura militar e vários geógrafos e geógrafas, que haviam ingressado na instituição por contrato e concluído suas graduações nesse processo, passaram a reivindicar sua integração à carreira de geógrafos – até então eles eram técnicos. Foram sumariamente demitidos da noite para o dia. Eram quadros importantes dentro da casa, com responsabilidade em projetos e experiência – João Rua (que mais tarde se tornou professor do Colégio de Aplicação da UFRJ, posteriormente professor de Geografia no curso de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e autor de vários livros, tanto na área do ensino de Geografia quanto em Geografia Agrária e Urbana), Luiz Antonio Moraes Ribeiro (também veio a ser professor de Geografia no Cap UFRJ e na PUC Rio), e Marilourdes Lopes Ferreira que, mais tarde, acabou efetivada no IBGE, onde atuou até se aposentar. Com isso, desde nosso ingresso, fomos rapidamente absorvidas em pesquisas e projetos que estavam em curso. Eu fui incorporada a um projeto que estava ligado a um convênio entre o IBGE e o MEC, intitulado Subsídios à organização do sistema universitário do Brasil". Portanto, meu ingresso aconteceu num contexto de muito trauma para a Geografia do IBGE, pela perda de toda uma geração de profissionais brilhantes, mas me permitiu ser rapidamente integrada em projetos de pesquisa.

Que projetos desenvolvidos na casa forma marcantes para a sua formação como geógrafa?

Monica: Em primeiro lugar, o Geografia do Brasil². Verdadeiramente, esse foi o primeiro contato que eu tive com a diversidade territorial do Brasil. Naquela época, o departamento de Geografia era dividido em pesquisas sistemáticas e regionais. E dentro da área regional o professor Pedro Pinchas Geiger³ chefiava estudos sobre regionalização, onde fui trabalhar. Dessa forma, nós, que havíamos acabado de entrar no IBGE, contribuímos fortemente para o desenvolvimento de metodologias quantitativas na área de regionalização. Esse foi o primeiro grande trabalho em que se aplicou essa metodologia quantitativa dentro da área de Geografia do IBGE. Eu trabalhei, especificamente com

1 Vera Maria D'Ávila Cavalcanti, Marília Carneiro Natal e Adma Hamam de Figueiredo, todas geógrafas do então departamento de Geografia, mais tarde Coordenação de Geografia do IBGE. Vera e Marília já estão aposentadas. Adma Hamam de Figueiredo nos deu entrevista no número 1 do volume 68, publicado em setembro de 2023.

2 Geografia do Brasil- Série de estudos cobrindo aspectos físicos, demográficos, econômicos, sociais, históricos, políticos e ambientais de cada uma das cinco grandes regiões brasileiras, com capítulos assinados por especialistas da casa em cada um dos temas. Esse projeto teve publicações sistemáticas a cada dez anos, desde 1960 até 1980, quando seu título foi alterado para Brasil: uma visão geográfica. A última edição é de 2016 – Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI. A série completa está disponível em pdf no link: Geografia do Brasil | IBGE.

3 Pedro Pinchas Geiger – centenário geógrafo brasileiro (29/04/2023), que começou sua trajetória no IBGE aos 19 anos, apenas quatro anos após a criação do instituto, onde coordenou várias pesquisas. Sua publicação de maior destaque – A Rede Urbana Brasileira – é um marco nos estudos urbanos nacionais. Em comemoração ao seu centenário o IBGE lançou, em 29/04/ 2023, edição fac-símile intitulada – Redes Sociais do Urbano Brasileiro, com comentários de vários profissionais que trabalharam com Pedro Geiger, inclusive a própria Monica O'Neill. Para acesso às obras do autor, consulte-se a aba "números históricos" da RBG.

essa abordagem, nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste. Isso foi feito na década de 1970 e minha área de estudos nas regiões que trabalhei foi a Indústria. Nós fazíamos as regressões, sobre a distribuição de pessoal ocupado e de produção industrial. Depois disso fui participar de um trabalho que me deu a oportunidade de fazer o primeiro campo no IBGE. É preciso que se diga que, durante a ditadura militar, praticamente não se fazia trabalho de campo. O professor Orlando Valverde⁴ era dos poucos que ainda faziam. Isso era decorrente da postura predominante na vertente de Geografia quantitativa, que afirmava que o trabalho no escritório e a análise de dados substituiriam a análise da realidade. A crítica era que o trabalho de campo seria apenas empiria. Em 1979 eu participei de trabalho de campo em Joinville (SC) e em Campina Grande (PB), num projeto sobre insumo/produto, onde fizemos a avaliação da economia de determinados municípios. Em Joinville fizemos uma pesquisa exaustiva na contabilidade de indústrias, para identificar entrada e saída de insumos e produtos. Posteriormente fomos para Campina Grande, onde reproduzimos o mesmo tipo de levantamento. Essa pesquisa era coordenada pelo professor Faissol⁵. Houve, à época, certo estranhamento por a Geografia estar entrando nessa área, já que o setor de Contas Nacionais no IBGE passou a assumir essa pesquisa, até então desenvolvida pela Fundação Getúlio Vargas. Havia, portanto, abordagens diferenciadas dentro da própria instituição. Nossa pesquisa chegou a ser publicada com o título *Pesquisa dos aspectos da economia urbana de duas cidades de tamanho médio: Joinville e Campina Grande*. Foi uma pesquisa desenvolvida numa parceria do IBGE com a Universidade de Haifa (Israel).

Foi através dessa pesquisa que você se conectou com os estudos urbanos?

Monica: Na verdade, nem tanto. Minha conexão com o urbano aconteceu quando fui fazer o mestrado. Eu fiz mestrado trabalhando. E, nessa época (início da década de 1980), o Lobato⁶ (então chefe do departamento de Geografia) me colocou como chefe do setor intraurbano. Ele me colocou

4 Orlando Valverde (1917 – 2006) – Geógrafo do IBGE desde 1938 até 1982, onde desenvolveu inúmeras pesquisas, chefiou, entre outros, o Departamento de Geografia do IBGE. Fundou, em 1967, junto a outros profissionais, a Campanha Nacional em Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia – CNDDA, com ação relevante na resistência à desnacionalização da Amazônia e à invasão de territórios indígenas. Na aba "Números Históricos" da RBG é possível encontrar vários artigos assinados por ele.

5 Esperidião Faissol (1923 – 1997) – Geógrafo referência na linha da Geografia Teórica no Brasil, esteve à frente do Departamento de Geografia do IBGE entre 1956 e 1960. Desenvolveu vários projetos de pesquisa na casa a partir dessa metodologia e seus trabalhos estão disponíveis para baixar na Biblioteca do IBGE. Publicou artigos na RBG, onde se pode acessá-los na aba "Números Históricos".

6 Roberto Lobato Corrêa – Geógrafo, ingressou no IBGE como estagiário em 1959/1960, tornando-se auxiliar técnico de Geografia entre 1961 e 1964, e geógrafo efetivo entre 1964 e 1993, quando se aposentou e passou a dar aulas no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Autor de inúmeros livros e artigos, principalmente na área de Geografia Urbana, mas também em Regionalização e Geografia Cultural. Muitos de seus títulos podem ser encontrados na aba "Números Históricos" da RBG.

nesse setor porque isso seria interessante para a construção do meu projeto de dissertação. Meu trabalho versou sobre condomínios, sobre segregação no espaço urbano. E o departamento liberou os profissionais que tivessem interesse em ir para campo comigo. Isso foi muito importante para meu trabalho. Minha área de estudo foi Jacarepaguá. Por já ter feito uma pesquisa de campo em Japeri, em minha monografia de final de curso, eu já tinha experiência, tanto no campo, quanto na preparação do questionário. Foi um apoio muito importante do Roberto Lobato e do Aluísio Capdeville⁷. A partir dessa pesquisa do mestrado e do exercício da chefia do setor intraurbano no Departamento de Geografia, veio a ideia de pesquisar a mobilidade residencial. Fizemos inclusive a proposta de introduzir essa pesquisa no questionário do Censo. Houve uma reação muito forte, de resistência. É interessante observar como tive dificuldade em implementar certas pesquisas. Havia uma rejeição muito grande e durante muito tempo fiquei em silêncio. Mas, de repente, as coisas fluíam. Isso também aconteceu com a proposta da Tipologia Intraurbana. Passei muitos anos com essa pesquisa parada na gaveta, sem que houvesse interesse na instituição em desenvolvê-la. Mas hoje está incorporada e é muito solicitada. Durante boa parte da década de 1980 eu estive em cargo de chefia, o que me afastou um pouco da pesquisa. A partir de 1987 isso mudou. Fui convidada a desenvolver o projeto do Atlas Nacional do Brasil. Esse foi um projeto que se estendeu de 1987 a 1991. Ele foi distribuído na Conferência do Clima, em 1992, a todos os chefes de Estado que vieram ao Brasil. Quando me dei conta do tamanho do projeto, de sua extensão, que envolvia todos os aspectos do território brasileiro e de sua população, pensei que seria melhor propor que Roberto Lobato fosse o consultor do projeto, o que foi aceito por ele. Edmon Nimer⁸, chefe do Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, assumiu todos os capítulos sobre essa grande área. E o então chefe do Departamento de Cartografia, Wagner Peranzetta, assumiu a parte cartográfica e toda a gerência do Atlas. Esse trabalho me deu muita experiência, pelo tamanho do projeto. O trabalho foi publicado. Houve uma publicação posterior – *Cadernos de Geociências*, em que as mesmas pessoas que haviam trabalhado e escrito sobre temas constantes no Atlas, foram convidadas a desenvolver ainda mais esses temas, daí resultou a publicação. Algum tempo depois, quando o IBGE promoveu um concurso interno com vistas a reclassificar servidores que estavam na condição de assistente de Geografia para Geógrafo, era solicitada a apresentação de trabalhos

7 Aluísio Capdeville Duarte – (1928 – 1990) – Geógrafo, chefiou a Divisão de Estudos Territoriais (DITER), quando foi desenvolvida a pesquisa que resultou na Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas (oficializada pela presidência do IBGE em 5 de julho de 1990). Alguns de seus artigos, resultados de suas pesquisas e projetos no IBGE, também estão publicados na aba “Números Históricos” da RBG.

8 Edmon Nimer – Climatologista do Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais do IBGE. Publicou vários trabalhos na área, inclusive Climatologia do Brasil, pelo IBGE, em 1989.

que o concorrente havia desenvolvido e publicado dentro do IBGE. Alguns foram aprovados em função dos trabalhos desenvolvidos no Atlas. Mais tarde fiz um trabalho para o Programa Nossa Natureza. Fomos para Roraima e escrevemos um texto sobre a organização do espaço em Roraima, que nunca foi publicado. Já nessa época já era visível o impacto do garimpo sobre Territórios Indígenas.

Qual foi o projeto que de fato te colocou dentro do tema da rede urbana brasileira?

Monica: Quando fui chefiar a seção de estudos urbanos, o estudo da Região de Influência das Cidades (REGIC) estava em outra seção, mas houve uma série de problemas e ele acabou vindo para a seção que eu chefiava. Foi nesse momento que passei a ter uma proximidade maior com estudos da rede urbana. Tanto que os mapas de fluxos da rede de 1993, em word e philcarto, forma todos feitos por mim. Foi um trabalho inovador do ponto de vista tecnológico porque, pela primeira vez, desenvolvemos um sistema, que construiu uma matriz, ao invés do que se fazia até então, com a aplicação de questionários. O trabalho foi desenvolvido em parceria com a Diretoria de Informática. O trabalho teve um bom resultado e foi inovador, do ponto de vista tecnológico. Permitiu boa visualização da rede urbana brasileira, O trabalho conseguiu detectar uma mudança significativa no território na medida em que ele passa para um patamar maior, de concentração e expansão do sistema urbano brasileiro. Mas eu saí antes que o trabalho fosse publicado. E foi esse trabalho que me atraiu ainda mais para a área dos estudos urbanos. Sem querer desmerecer, tenho que destacar que, naquele momento, a Geografia Agrária ainda não havia incorporado a questão dos conflitos pela posse da terra em suas pesquisas, particularmente no IBGE, onde os estudos ainda eram muito voltados para os registros da produção agrária. Só com a entrada das abordagens da Geografia crítica é que os estudos em agrária se tornam mais interessantes, com maior aderência aos conflitos e transformações no campo. Mas a essa altura eu já estava envolvida nos estudos urbanos. O IBGE teve muita resistência em incorporar a questão do conflito como temário. Até mesmo nós, na área urbana, quando fizemos um mapa sobre o conflito urbano, tivemos que buscar os dados junto à Pastoral da Terra. Quando o presidente do IBGE à época – Simon Schwartzman (1994-1998) – ficou muito irritado e ligou para o departamento questionando a fonte e a metodologia, e pediu que retirássemos esses mapas de publicação.

Você conviveu e eventualmente trabalhou com alguns dos maiores expoentes da Geografia, dentro e fora do IBGE. Fale sobre a influência deles na sua formação.

Monica: No IBGE eu trabalhei cinco anos com o professor Pedro Geiger, que nos fazia produzir e analisar enormes tabelas. Ele sempre destacou a importância de sabermos analisar dados. A Geografia do IBGE trabalha sistematicamente com estatísticas, e isso foi muito importante para minha formação. A tradição da Geografia era a análise do habitat, era uma análise regional. Geiger foi o primeiro geógrafo brasileiro a colocar a necessidade de olharmos os centros urbanos do ponto de vista de sua funcionalidade. E, a partir disso foi implementada pesquisa da Região de Influência das Cidades que, inicialmente se chamou Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas. Ele pensou de maneira teórica e conceitual a estrutura do urbano no Brasil. Outro geógrafo importante foi Speridião Faissol, numa outra perspectiva. Ele estava aberto a inovações. Podíamos e deveríamos ousar. Fizemos a programação de um mapa do Brasil em cartão perfurado em computador. Tivemos que ir para a unidade do IBGE em Mangueira (zona norte da cidade do Rio de Janeiro), onde o computador ocupava um andar inteiro. Mas o programa ficou rodando horas a fio e nada saía impresso. Descobrimos que havia um erro na escala do mapa, que ignoramos e deixamos o valor que estava indicado – 1, que viemos a descobrir que seria o tamanho real. Fomos expulsos de lá, porque o computador passou horas programando algo que seria impossível imprimir. Tanto Geiger quanto Faissol imprimiram em suas práticas a ideia de que é preciso ousar, não se acomodar, apesar de isso não ser algo simples ou fácil no IBGE. E essa tem sido a prática das pesquisas na Geografia, somos bastante inquietos e ousados em nossos projetos. Não posso deixar de mencionar a influência de Roberto Lobato. Ele era o geógrafo que acompanhava o que estava sendo publicado nas grandes universidades da Europa e da América do Norte. Era quem disseminava essas novas ideias e conceitos em círculos de profissionais mais jovens, que não podiam adquirir essas obras. O Lobato me apoiou muito quando fiz o mestrado. Mais tarde, na década de noventa, quando eu saí da Geografia e fui para a área de Recursos Naturais, eu criei a estrutura de banco de dados do SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia). Também nesse período eu fiz meu doutorado, sem tirar licença. Trabalhei a questão da institucionalidade em municípios da Região Nordeste do Brasil, após a Constituição de 1988. Outra pessoa a ser

mencionada como influência em minha formação foi Lourdes Strauch⁹, com quem trabalhei na área de transportes.

A seu ver, que campo dos estudos de Geografia no IBGE exerceram maior influência na Geografia brasileira?

Monica: Sem dúvida, é o campo dos estudos urbanos. Tomemos como exemplo o Região de Influência das Cidades, ele é muito absorvido pela área do planejamento, mas também por toda a área acadêmica. Qualquer estudo sobre a rede urbana brasileira se baseia, de alguma forma, no REGIC. Mas também temos os estudos dos Arranjos Populacionais e as Concentrações Urbanas, que são usados por pesquisadores do IPEA, e de outras instituições, para estudos voltados para o planejamento. Já usamos, em trabalhos para a FIOCRUZ, a Divisão Urbano-Regional do Brasil. Mas os estudos regionais também têm seu espaço, haja vista a recente publicação da Proposta Metodológica para Classificação dos Espaços Rural, Urbano e de Natureza.

Outro produto de referência da Geografia do IBGE é a Revista Brasileira de Geografia – RBG. Há muitos trabalhos clássicos no campo dos estudos geográficos que foram publicados na RBG. Ela é uma fonte quase obrigatória para campos muito variados dos estudos geográficos.

O mesmo se pode dizer sobre o campo da regionalização. O IBGE constitui importante referência na construção de recortes de análise regional e divulgação de pesquisas estatísticas. Essa influência continua presente na Geografia brasileira?

Monica: Penso que sim. É uma influência bem marcante e vem sendo utilizada pelos órgãos de planejamento e como base para outras pesquisas. Recentemente, quando fizemos a discussão do trabalho de classificação dos espaços rural, urbano e da natureza, convidamos várias geógrafas e pesquisadores que acompanham e utilizam nossos trabalhos, e estavam todos em grande expectativa para ver o que estávamos desenvolvendo. Tivemos que adiar esse encontro. Quando olhamos os quadros de referência de nossas regionalizações podemos perceber os principais traços que estruturam a organização do espaço brasileiro.

⁹ Lourdes Manhães de Mattos Strauch – geógrafa do IBGE. Trabalhou com a área de transportes.

É preciso investir muito do ponto de vista teórico metodológico. Porque a regionalização faz parte de um processo de classificação. O método é classificatório e, a partir dele, temos a regionalização e a tipologia, que é uma outra forma de classificação.

Como você vê o futuro dos estudos geográficos no IBGE?

Monica: Vejo que está nas mãos das novas gerações. Precisamos continuar o que já existe. Mas seria importante termos mais pessoas, porque isso nos permitiria propor novos enfoques, novas abordagens. Precisamos olhar o intraurbano e acompanhar o que está surgindo aí. Podemos tratar com pesquisas amostrais, não precisa ser exaustivo. E é importante que nos antecipemos na análise dos novos processos.